



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

66

[Assinatura]

4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº0089409-34.2003.8.17.0001 (0331141-5)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: JACIARA GOMES DA CRUZ

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CIVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU E TAXAS IMOBILIÁRIAS. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA MODIFICAÇÃO INTRODUIDA PELA LC 118/2005. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO COM A EFETIVA CITAÇÃO DO EXECUTADO. CITAÇÃO NÃO EFETIVADA POR MOTIVOS ALHEIOS À MÁQUINA JUDICIÁRIA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0331141-5, figurando como Agravante a Fazenda Pública Municipal e como Agravada Jaciara Gomes da Cruz, **ACORDAM** os Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas lhe **NEGAR PROVIMENTO**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 13 de junho 2014.

[Assinatura]
Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

64

4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº0089409-34.2003.8.17.0001 (0331141-5)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: JACIARA GOMES DA CRUZ

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Legal proposto pela Fazenda Pública Municipal contra decisão terminativa (fls.31/37) proferida por esta relatoria nos autos da Apelação nº 0331141-5, que negou seguimento ao recurso do Município de Recife, mantendo a sentença do juízo da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais, que extinguiu o feito com julgamento do mérito em face da prescrição dos créditos tributários representados pela CDA de fl. 03, posto que transcorreram mais de cinco anos entre a constituição dos créditos e as causas interruptivas da prescrição.

Alega o agravante, em breve resumo, que a decisão hostilizada merece reforma porquanto, não poderia ter sido decretada de ofício sem a prévia oitiva da fazenda Pública, a fim de que esta se manifeste sobre eventuais causas de interrupção do fluxo do prazo prescricional.

Aduz que os executivos fiscais tem disciplina própria, insere no art. 40, §4º da Lei n.º 6.380/80 e, que na hipótese não poderia ter sido aplicada as regras do art.219, §5º do CPC, posto que após a distribuição virtual e o pedido de citação não ocorreu o arquivamento provisório de 5 (cinco) anos, disciplinado na lei federal supramencionada.

Registra, ainda, a aplicação da Súmula 106 do STJ ao caso, vez que a distribuição e a consumação da citação são atos típicos e privativos do Judiciário, a quem cabe promover a impulsão procedimental dos feitos.

Pugna, desse modo, pela reconsideração da decisão terminativa ou, em assim não se entendendo, o recebimento do recurso de agravo para submissão ao crivo da Colenda 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal.

É o que importar relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

68
ap.

VOTO

Busca o recorrente, através da interposição do presente Agravo Legal, a modificação da decisão agravada para que seja reformada a sentença do juízo a quo que reconheceu a extinção dos créditos tributários previsto na CDA de fl. 03 pela incidência da prescrição.

Compulsando as razões do agravo, entendo que a irresignação não merece prosperar.

Não se vislumbra, no presente Agravo Legal, novos argumentos passíveis de modificar a decisão agravada.

O prazo prescricional para cobrança de um tributo é de 05 (cinco) anos a partir do momento da constituição do crédito tributário, segundo determina o artigo 174, do Código Tributário Nacional, *in verbis*:

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

A execução fiscal em questão foi proposta em 08 de dezembro de 2003 objetivando a satisfação dos créditos tributários no valor R\$527,84 (quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), relativos ao IPTU e a taxas imobiliárias constituídos nos **anos de 1998, 1999 e 2000**, conforme Certidão de Dívida Ativa de fl. 03.

À época da propositura da ação executiva, só a citação válida tinha o condão de interromper o prazo prescricional, posto que o despacho para citação foi emitido antes da entrada em vigor da LC nº 118/2005, que alterou as disposições do art.174 do CTN.

No presente caso, como não houve a citação válida do executado, fica evidente que o prazo prescricional não foi interrompido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

69

Nesse contexto, aplicando-se o prazo quinquenal para cobrança do tributo (art. 174 CTN) em harmonia com o entendimento do STJ e deste Tribunal de Justiça, tem-se que a prescrição dos créditos em questão operou-se, respectivamente, em 2003, 2004 e 2005.

Ressalto novamente que os créditos tributários em comento já estavam prescritos quando do envio dos autos pela Procuradoria Municipal a 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais, isso em dezembro de 2008. Inaplicável, portanto, o que determina a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

"Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência"

Nesse sentido, é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça.

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE ATOS DE PROPULSÃO PROCESSUAL PELA PARTE INTERESSADA POR MAIS DE 05 (CINCO) ANOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS. 1-**Em sede de execução fiscal o princípio do impulso oficial não é absoluto, cabendo ao credor movimentar a máquina judiciária, zelando pelo regular andamento do feito, com a prática de atos processuais pertinentes dentro do quinquênio estabelecido em lei.** 2-É pacífica a orientação jurisprudencial do STJ no sentido de que o decurso de tempo previsto no art. 174 do CTN conjugado com a comprovação de injustificada inércia da Fazenda exequente na condução do feito executivo autorizam o reconhecimento da prescrição intercorrente nos processos de execução fiscal. 3-**Caracterizada a inércia da Fazenda Pública Municipal na condução do feito executivo, não há de ser aplicado o comando inserto no Enunciado Sumular nº 106 do STJ, pois a culpa pela paralisação do executivo fiscal não pode ser imputada aos mecanismos do Poder Judiciário, posto que incumbiria ao Procurador Fazendário permanecer atento a todas as diligências realizadas dentro do processo, evitando assim possíveis alegações futuras de prescrição intercorrente.** 4-Recurso de Agravo improvido. 5-Decisão unânime. (Processo: AGV 2480046 PE 0013075-78.2011.8.17.0000, Relator(a): Fernando Cerqueira, Julgamento: 09/08/2011, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

70
70

Alega a agravante que o art. 174 do CTN foi interpretado equivocadamente, pois não se considerou que haveria a interrupção do fluxo do prazo prescricional com a propositura da execução fiscal em 2003, não cabendo à Fazenda Pública a responsabilidade pelo retardo na citação.

No entanto, tal entendimento não é aplicável à situação em análise.

É que segundo entendimento consolidado pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, só se aplica às execuções fiscais as disposições do art. 219, § 1º, do CPC, quando a demora da citação for imputável ao Poder Judiciário, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. RETROAÇÃO À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO APLICÁVEL APENAS AOS CASOS DE PARALISAÇÃO DO PROCESSO, POR CULPA EXCLUSIVA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 219, § 1º, DO CPC. 1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou entendimento segundo o qual, mesmo nas Execuções Fiscais, a citação retroage à data da propositura da ação para efeitos de interrupção da prescrição, na forma do art. 219, § 1º, do CPC. 2. No entanto, a interrupção da prescrição só retroage à data da propositura da ação quando a demora na citação é imputada exclusivamente ao Poder Judiciário, nos termos da Súmula 106/STJ. Precedente: AgRg no REsp 1.260.182/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20.9.2011, DJe 23.9.2011. 3. Hipótese em a citação tardia não decorreu dos mecanismos inerentes ao Poder Judiciário. Não incidência do art. 219, § 1º, do CPC. Prescrição caracterizada. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 131367 GO 2011/0306329-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 19/04/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2012)

Por certo está não é a situação dos autos, pois conforme já disposto na decisão monocrática ora atacada "a paralisação do feito deu-se por desídia da Fazenda Pública, sendo, portanto, inaplicável a situação o que determina a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça".

71



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

71
70.

Ademais, também não merece prosperar a irresignação da municipalidade quanto à forma especial do prazo de contagem do IPTU.

Conforme registrado na decisão de fls. 31/37 dos autos, tratando-se de crédito relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, o seu lançamento e o termo inicial da prescrição para a sua cobrança ocorrem **com a data do vencimento previsto no carnê de pagamento**, segundo entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça.

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos aqui expendidos são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que **"a reiteração de alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso"** (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Em face do exposto, voto pelo não provimento do Recurso de Agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 13 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator